

América Latina: a quantidade de acordos internacionais influencia o recebimento de investimento estrangeiro direto? Comparando análises nos dados.

Marcelle Amaral¹ – UFPE

Resumo

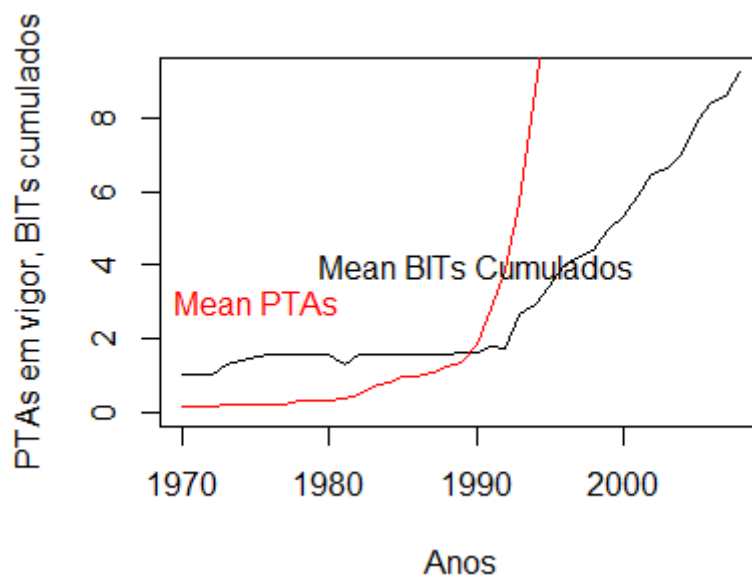
A quantidade de acordos internacionais influencia o recebimento de investimento estrangeiro direto na América Latina? Sob o arcabouço teórico da proximidade político-econômica na região, testa-se se uma maior quantidade de Tratados Internacionais Bilaterais (BITs), de Acordos Preferenciais de Comércio (PTAs) e de participação no GATT/OMC exercem um efeito positivo no recebimento de investimento estrangeiro direto (IED). Para a análise, utiliza-se um modelo de regressão multivariada com efeitos fixos para os países e dados em painel que recebem tratamentos diferentes para o mesmo modelo, comparando-se as divergências das técnicas. Como principal resultado, encontra-se que o maior número de PTAs influencia positivamente o recebimento de IED na região.

¹ Dataverse link: <https://doi.org/10.7910/DVN/W2YELC>

Github link: <https://github.com/marcelleama/marcelle-amaral-ad-ufpe-2019>

1. Introdução

Esse trabalho visa inserir o debate da importância da análise político econômica no recorte regional para o recebimento de investimento estrangeiro direto (IED). Os países em desenvolvimento observaram, entre 1970 e 2007, crescimento no número de Tratados Internacionais Bilaterais (BITs), no número de Acordos Preferenciais de Comércio (PTAs) e no recebimento de IED. Dentro deste recorte, encontra-se a América Latina.



Espera-se que a influência de um conjunto de fatores regionais seja eficiente em aproximar os resultados para a América Latina, enquadrando-a em países em desenvolvimento com características próximas. Apesar da maior parte das análises adotadas na literatura serem econômicas, esta análise embasa-se na soma de fatores políticos para analisar a influência de PTAs e BITs no recebimento de IED, esperando que esses fatores reforcem o mecanismo causal que liga as variáveis em questão.

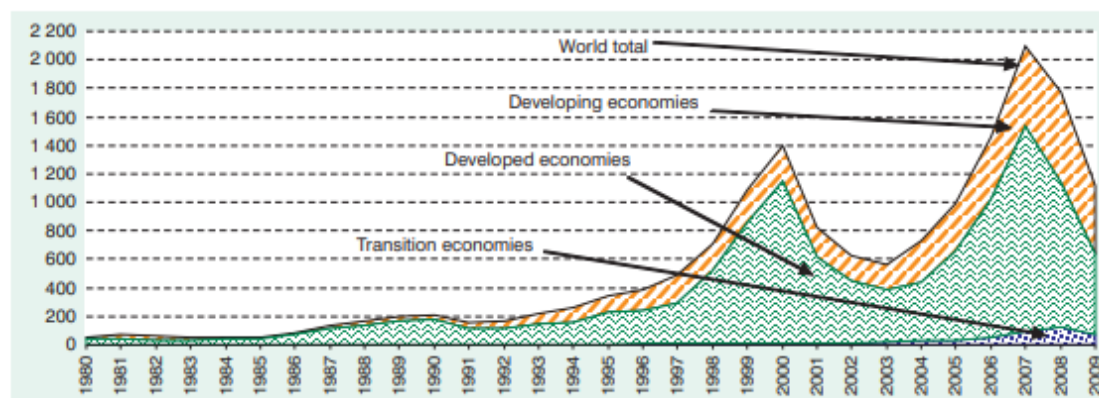
Este artigo é composto por sete seções: (1) Introdução, (2) Revisão de literatura, (3) Teoria, (4) Desenho de pesquisa e dados, (5) Resultados, (6) Implicações e conclusões, e (7) Referências.

2. Revisão de literatura

A quantidade de recebimento de investimento estrangeiro direto cresceu vertiginosamente entre os anos de 1980 a 2007 (UNCTAD, 2010). Não só a quantidade de investimento recebida, como também o número de acordos

internacionais bilaterais e multilaterais aumentou desde os anos 70 nos países em desenvolvimento (BÜTHE e MILNER; 2008; UNCTAD, 2003). As justificativas para esses aumentos são diversas.

Figure I.1. FDI inflows, globally and by groups of economies, 1980–2009
(Billions of dollars)



Source: UNCTAD, based on annex table 1 and the FDI/TNC database (<http://www.unctad.org/fdistatistics>).

Sob uma perspectiva micro, i.e., considerando características individuais das empresas, há uma heterogeneidade própria dos novos modelos empresariais que embasam suas participações em investimentos e em comércio exterior, ligada a qualidades organizacionais das empresas. Existe apenas uma pequena porção de empresas exportadoras e estas tendem a ser mais produtivas do que as do mercado doméstico (EKHOLM, FORSLID AND MARKUSEN, 2003), e existe apenas uma pequena porção de empresas engajadas em IED e estas tendem a ser mais produtivas do que empresas exportadoras (HELPMAN, 2006).

A consequência da heterogeneidade empresarial, reflete-se em uma relativização da divisão dos IED em verticais e horizontais, já que grandes multinacionais investem em países de baixo custo criando plataformas de exportações para, a partir delas, arquitetar uma rede de distribuição no mundo, de modo que fluxos de capital entre países desenvolvidos não poderiam ser classificados apenas como horizontais (HELPMAN, 2006).

Há pouca evidência na literatura de que o IED se relaciona a diferença nos fatores de produção dos países, diversificação de risco ou evasão fiscal. Qual seria a vantagem, então, de uma atuação multinacional ao invés de um só país? A moldura de Dunning (1977, 1981) propôs o modelo propriedade, vantagem locacional e internalização (OLI), ou seja, está locada em outro país

permitiria a multinacional desfrutar de vantagens como propriedade do processo de produção e do produto com a obtenção de patentes e registro de marcas; proximidade e acesso aos clientes; além de tarifas e cotas e vantagens de internalização, tais como participação em acordos de licenciamento.

Desse modo, empresas multinacionais podem ser definidas como firmas que realizam IED, i.e., investimentos em que há uma participação substantiva em uma empresa estrangeira ou a criação de uma subsidiária em um país estrangeiro, confundindo-se ambos os termos (MARKUSEN, 1995, p.170).

Além da própria estrutura empresarial e qualidade organizacional, os governos atuam no processo de estímulo a IEDs, podendo alterar e influenciar o ambiente institucional, proporcionando aos investidores credibilidade nos investimentos. Insere-se aqui os dois principais instrumentos para atrair investimento estrangeiro direto: PTAs e BITs.

Em relação aos PTAs, uma das soluções encontradas para o problema institucional transnacional são as empresas multinacionais por conseguirem adaptar-se aos ambientes institucionais de cada país e receber incentivos adequados de governos locais para que atividades de interesse sejam desenvolvidas (HALL e SOSKICE, 2001).

Em relação aos BITs, estes permitem aos governos compromissos críveis por aumentar os custos de descumprimento do tratado acima do que ocorreria caso não houvesse tratado (ELKINS, GUZMAN e SINMONS, 2008). A percepção de credibilidade por parte dos investidores irá variar em aspectos diversos, um deles é a corrupção. Quanto mais corrupto for um país, avaliada pela percepção de corrupção do investidor, maior a necessidade de atrair o investidor, por meio de BITs, por exemplo (ELKINS, GUZMAN e SINMONS, 2008).

Além disso, o tipo de tradição jurídica do país também influenciaria o recebimento ou não de investimento externo. A tradição do direito civil seria menos orientada, por exemplo, à proteção do capital, e consequentemente, estes precisariam recorrer mais aos BITs (LA PORTA, 2007). Os efeitos proporcionados por essas instituições internacionais são não só econômicos, como também políticos e informativos, por serem capazes de garantirem

políticas que não desvalorizem os investimentos (BÜTHE e MILNER, 2008; ELKINS, GUZMAN e SINMONS, 2008).

PTAs e BITs seguem lógicas diferentes a depender do status de desenvolvimento dos países. As razões para engajarem-se em um ou outro alteram-se. Os países em desenvolvimento, por exemplo, teriam incentivo para realizar BITs e PTAs com a finalidade de atrair FDI e aumentar o comércio e assinariam estes acordos para atender objetivos políticos, valorizando os direitos humanos e o fortalecimento da democracia (TOBIN e BUSCH, 2010).

A justificativa é diferente para os países desenvolvidos. Estes têm interesse em BITs com países em desenvolvimento como uma garantia institucional contra possíveis expropriações e têm interesse em PTAs por fornecerem um ambiente institucional às multinacionais que reduz os custos, por exemplo, na cadeia vertical de produção, com a sua divisão em diferentes países, utilizando a exportação de insumos a seu favor na cadeia produtiva (TOBIN e BUSCH, 2010; HELPMAN, 1984; HELPMAN e KRUGMAN, 1985).

A literatura divide-se sobre os efeitos dos tratados em investimentos externos. Sobre um impacto positivo de BITs em FDI, Hallward-Driemeier (2003) não encontra evidência de que um influencie positivamente o outro, a UNCTAD (1998) afirma que haveria uma pequena relação positiva entre ambos. Egger e Pfaffermayr (2004) encontram um efeito positivo e significativo na ratificação de BITs em estoques reais de IED. Tobin e Rose-Ackerman (2005) encontram um efeito negativo para os países em desenvolvimento quando os níveis de risco são muito alto. Salacuse e Sullivan (2005) encontram um efeito positivo para os Estados Unidos e não para outros países partícipes da OECD.

Neumayer e Spess (2005) encontram um efeito positivo de BITs no fluxo de investimento externo, argumentando que há um retorno para os países em desenvolvimento aceitar as exigências e os custos de negociação dos BITs, que, por vezes, podem funcionar como um substituto da baixa qualidade institucional de alguns países.

A literatura econômica aponta que o tamanho do mercado no país receptor do investimento, níveis de desenvolvimento econômico e crescimento econômico importam para IED. Não só isso, fatores políticos como estabilidade política e violência influenciam o nível de atração do país para investimentos

(BRUNETTI, KISUNKO e WEBER, 1997; JUN E SINGH 1996; SCHNEIDER E FREY 1985).

Pesquisas sobre se os tipos de regime influenciam a atratividade de um país para investimentos também divergem. Há as que indiquem que multinacionais prefeririam governos autocráticos por estes suprimirem demandas trabalhistas e proporcionarem certeza política com a ausência de processos eleitorais (O'DONNEL, 1979). E há as que indiquem que democracias atrairiam mais investimentos que não democracias (FENG 2001; JENSEN 2003, 2006).

Em relação ao PTAs, pesquisadores sugerem que o aumento deles no país é capaz de atrair investimentos externo de terceiros, gerando diversificação de investimentos (DEE AND GALI 2003, TUMAN AND EMMERT 2004). Podem, ainda, ajudar países em desenvolvimento por sinalizarem competitividade em setores da economia, orientação política liberal ou relações de paz duradoura (FERNANDES e PORTES, 1998).

Büthe e Milner (2008) argumentam que acordos comerciais institucionalizam compromissos com políticas econômicas liberais e os PTAs são uma forma representativa disso por firmarem internacional e publicamente o engajamento de um país, inserindo-o em uma moldura de liberalização do comércio da OMC e submetendo-se às regras de monitoramento, o que seria suficiente para aumentar o fluxo de investimentos em países em desenvolvimento.

Percebe-se, então, na literatura, pesquisas que tratam o recebimento de investimento estrangeiro direto sob diferentes enfoques. Em uma perspectiva micro, relaciona-o às escolhas organizacionais de empresas individuais e incentivos de mercados, tornando a dicotomia IED vertical e horizontal obsoleta.

Em uma perspectiva macro, apresenta-o sob o ponto de vista doméstico e internacional. Há incentivos domésticos econômicos institucionais, tais quais, vantagens às multinacionais, ambiente crível pelos governos, qualidade institucional, índices de corrupção, tradição legal, estabilidade política, que incentivam o recebimento de IED.

Este recebimento na arena internacional, subdivide-se em duas esferas, bilateral e multilateral. Os BITs são formas de recebimento de IED que

pertencem as relações internacionais bilaterais com lógicas diversas a assinatura dos tratados entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os PTAs são outra de forma de recebimento de IED dentro do contexto de multilateralismo internacional, também estudado na literatura sob a dicotomia desenvolvimento/em desenvolvimento.

Na literatura, observa-se a escassez de análises com enfoque regional que relacione o recebimento de IEDs a assinatura desses tratados e considere aspectos políticos, diferentes dos econômicos (PENFOLD, 2003; WILLIAMS, 2015) ou faça esse recorte dentro de uma moldura dos países em desenvolvimento. Observa-se indícios, pela revisão de literatura aqui levantada, de características próprias da América Latina que poderiam incentivar o recebimento de IED por meio de BITs e PTAs dentro da lógica dos países em desenvolvimento. Testa-se, então, se a participação de países latino americanos em PTAs e em BITs, como um compromisso internacional, foi efetiva na atração de investimento estrangeiro.

Ademais, justifica-se a seguir a importância de uma análise para a região.

3. Teoria

Reforça-se neste artigo a defesa de MAINWARNING e PÉREZ-LINÑÁN, (2008) da importância de estudar as regiões, não como a principal unidade de análise em ciência política, mas como uma unidade de análise substantiva por vezes deixada de lado. As regiões seriam importantes para compreensão de padrões na política mundial e nas relações internacionais (GLEDISTSCH, 2002)

O primeiro ponto é que a literatura ao analisar e procurar as causas e justificativas do recebimento de IED por meio de BITs e PTAs, subdivide-os em países desenvolvidos e em desenvolvimentos por justificar lógicas diferentes a assinaturas desses tratados a depender do nível de desenvolvimento. Esse é um parâmetro válido e este artigo não se preocupa em refutá-lo, mas em adicionar que as lógicas de recebimento de IED em países em desenvolvimento desconsideram as especificidades regionais. Assim, “diferentes regiões podem ter padrões causais distintos e sistemáticos que podem ser obscurecidos pela

suposição de homogeneidade causal” (MAINWARNING e PÉREZ-LINÑAN, 2008, p. 524).

O segundo ponto é a capacidade do desenvolvimento político em um país afetar países vizinhos e uma região. Se a unidade de análise ignorar processos regionais, ignorará processos causais. A América Latina é, assim, uma região, construída simbolicamente, na percepção do senso comum, e não sujeitas a mudanças constantes, que serve como unidade de análise regional (MAINWARNING e PÉREZ-LINÑAN, 2008).

A abordagem metodológica de verificar as dinâmicas particulares de uma região deve ser feita por meio de uma comparação com outras regiões ou com um conjunto mais amplo de casos (MAINWARNING e PÉREZ-LINÑAN, 2008, p. 555). Adota-se a segunda. Dentro dos países em desenvolvimento, aponta-se especificidades regionais teóricas que nos levam a prever a intensificação de uma relação positiva entre IED, BITs e PTAs. Não se rechaça o mecanismo causal de que em países em desenvolvimento o número de PTAs e BITs incentive o recebimento de IED. Pelo contrário, usa-se o recorte regional para reforçá-lo antes de testar-se.

Estudos que analisam países em desenvolvimento apontam um efeito positivo de fatores em relação ao IED para certas características comuns, tais quais, língua. IEDs tendem a ser maior em países com uma língua comum, facilitando comunicação, ligadas a sistemas legais e cultura (MELITZ e TOUBAL, 2014 e FENG et al., 2019). Tendem a ser mais recebidos em democracias (JENSEN, 2006), sofrem influência diferentes a depender das tradições jurídicas (LA PORTA, 2007), todas características não homogêneas aos países em desenvolvimento, mas comuns a grande maioria dos países da América Latina.

A adoção de instituições internacionais como PTAs e BITs já servem para aumentar o fluxo de IED em países em desenvolvimentos por oferecerem credibilidade institucionalizando o compromisso de um país no mercado mundial, tornando mais fácil puni-lo em caso de descumprimento e estabelecendo mecanismos de pressão sobre os descumpridores, justificadas por políticas de reciprocidade (BÜTHE e MILNER, 2008).

Esse contexto institucional, reflete-se nos acordos internacionais como uma alternativa a mudança nas regras comerciais internacionais, advinda

desde o pós-guerra, em que acordos bilaterais e regionais podem favorecer negociações multilaterais, estimulando um ambiente conciliatório e permitindo uma ordem mundial de negociação integrada com aderência a organismos como GATT e OMC (WTO, 2011).

As expectativas são de que, como são desenhados para redes de produção, e o regionalismo favorece a formação de redes, haveria concentração geográfica de comércio sobre o tempo, confirmada pelo crescimento de regiões em desenvolvimento predominantemente exportadoras (WTO, 2011), também comum a América Latina.

Essa argumentação justifica, então, o teste das seguintes hipóteses para países latino-americanos em desenvolvimento:

- I. Um maior número de PTAs, aumenta o recebimento de IED;
- II. Um maior número de BITs, aumenta o recebimento de IED;
- III. Ser membro do GATT/OMC, aumenta o recebimento de IED;

4. Desenho de pesquisa e dados

Para estabelecermos o desenho de pesquisa, é importante definir as medidas de nossas variáveis dependentes e independentes.

Investimento Direto Externo (IED) é um investimento de longa duração realizado por um investidor, seja uma empresa, seja uma pessoa física, que se encontra localizado em uma economia diferente da que investe. É recebido por uma empresa e envolve um interesse e um controle significativo por parte do investidor sobre a administração e gerenciamento desta (UNCTAD, 2007, p. 245).

Os IED englobam três componentes principais: (i) capital social, compra de ações, por um investidor, de uma empresa lotada em um país que ele não reside; (ii) lucros reinvestidos, seja com ações da empresa, seja com ganhos auferidos de outra forma; e (iii) empréstimos entre empresas mãe – investidoras diretas – e suas filiais (UNCTAD, 2007).

São calculados em fluxo ou em estoque. Este artigo focará em fluxos de investimento que envolvem tanto capital enviado por um investidor

estrangeiro a uma empresa, quanto capital recebido por uma empresa investidora. (UNCTAD, 2007).

Acordo Preferencial de Comércio (APCs) é um acordo de preferências unilaterais dentro do sistema geral de preferências entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, oferecendo aos países em desenvolvimento preferências a bens importados de países em desenvolvimento (WTO, 2011). Existem PTAs apenas assinados e assinados e em vigor, neste artigo, interessa-se pelo segundo, capaz de permitir acordos obrigatórios legalmente, e por isso, sinalizadores de maior credibilidade para os investidores em relação aos meramente assinados (BÜTHE e MILNER, 2013).

Acordos de investimento bilateral são acordos entre dois países relativo à promoção e proteção de investimentos feitos por investidores de seus países no território do outro (UNCTAD, 2019). As provisões básicas de um BIT são um padrão de tratamento para o investidor estrangeiro como se nacional fosse, o que se enquadra no tratamento da nação mais favorecida, ou seja, os privilégios conferidos a um investidor, são estendidos a todos, adotando como parâmetro um padrão internacional e protegendo o investidor estrangeiro de riscos políticos dos países em desenvolvimento (NEUMANN e SPESS, 2005). Investidores acabam recebendo tratamento melhor que nacionais (VANDEVELDE, 1998).

O modelo adotado neste artigo será um dos desenvolvidos e usados por Bütthe e Milner (2008) sobre o fluxo de investimento estrangeiro recebido por países em desenvolvimento. Os países em análise possuem todos mais de 1 milhão de habitantes, somam 20 e pertencem a América Latina. A análise é uma série temporal em painel, de 1970 a 2007. Em resumo, o modelo é o de regressão linear (OLS) em série temporal transversal com efeitos fixos para os países.

Para combater o problema de correlação espúria, i.e, regredir uma variável dependente com uma tendência em uma variável independente, aplica-se uma função linear para retirar a tendência das variáveis ao longo dos anos. Para lidar com heterocedasticidade ou autocorrelação nos erros, os erros padrão no modelo são usados por estimadores de Arellano (1987), defendidos pelos

autores como robustos para heterocedasticidade ou autocorrelação, permitindo inferências conservadoras (BÜTHE E MILNER, 2008).

Sobre o tipo de técnica utilizada para retirar a tendência ascendente das variáveis, aplicando o teste GIM² nos modelos de regressão, King e Roberts (2014, p. 174) argumentam que o processo utilizado por Büthe e Milner (2008) para a retirada da tendência foi linear, quando alguns países apresentavam tendências quadráticas. Houve, além disso, a aplicação da mesma tendência a todos os países, o que não seria ideal em uma amostra que engloba uma grande heterogeneidade de países.

A técnica linear utilizada por Büthe e Milner (2008) induziria à intensidade da relação entre as variáveis. Como os países apresentam padrões muitos distintos entre eles, o problema principal seria aplicação da mesma técnica para todos os países, como se uniformes fossem.

King e Roberts (2014) retiram a tendência quadraticamente da série temporal, e após a retirada, o teste deixa de ser significativo. A retirada da tendência de forma não linear e para cada país, ao invés de para todos altera a significância da relação entre as variáveis. O impacto dessa remodelagem nos resultados é que as variáveis de interesse deixam de ser correlacionadas significativamente com o influxo de IED.

Tendo em vista, o acima exposto, utilizou-se a metodologia de diferentes *detrends*, apontada por Büthe e Milner e por King e Roberts, no tratamento dos dados e para cada país, para comparar a diferença desses tratamentos partindo do pressuposto teórico que esses dados apresentam-se mais próximos para América Latina, o que minimizaria possíveis efeitos de heterogeneidade em seu tratamento. Ao testar-se três modelos, também foi possível analisar os pressupostos e identificar qual melhor se adequou para uma maior confiabilidade nos resultados.

A variável dependente é o influxo anual de IED como percentual do PIB, capturando IED como uma função do PIB (JENSEN 2006; JUN E SINGH 1996; NEUMAYER AND SPESS, 2005). O efeito de instituições internacionais é

² Teste GIM foi desenvolvido pelos autores como teste de “matriz de informações generalizadas” (GIM), servindo como uma medida única, simples e formal que mensura a diferença entre erros padrão robustos e clássicos em modelos paramétrico (KING e ROBERTS, 2014, p.166).

capturado pela variável dicotômica participação no GATT/WTO. A variável independente é de PTAs em vigor, uma medida do número total de PTAs assinados pelo país que recebe o investimento e de BITs cumulados restritos. Para controlar fatores políticos e restrições das políticas domésticas, utiliza-se respectivamente a medida fornecida por Arthur Banks e a de Henisz com o número de vetos em um sistema político nacional (BÜTHE E MILNER, 2008).

O modelo adotado apresenta-se abaixo:

$$IED_{it} = \alpha + \gamma_1 (\text{Tamanho do Mercado})_{i(t-1)} + \gamma_2 (\text{Des. Econ.})_{i(t-1)} + \gamma_3 (\text{Cresc. do PIB})_{i(t-1)} + (\text{PTAs em vigor})_{i(t-1)} + (\text{GATT/WTO})_{i(t-1)} + (\text{BITs cumul.})_{i(t-1)} + (\text{POLCON})_{i(t-1)} + (\text{Instab. Pol.})_{i(t-1)} + \delta_i + \varepsilon_{it},$$

em que δ_i indica efeitos fixos do país implementados por meio de um conjunto de $n - 1$ dummies dos países.

Os dados

Ao analisar-se os dados de fluxos de IED fornecidos pelo método de coleta da UNCTAD deve-se levar em conta suas limitações. Os dados foram calculados em uma base líquida em que os créditos das transações de capital menos seus débitos entre os investidores e suas afiliadas estrangeiras é igual ao fluxo de IED de um país, por exemplo. Reduções líquidas no ativo (saída de IED) ou aumento líquido no passivo (entrada de IED) são registrados como créditos, e, portanto, positivos na balança de pagamentos, enquanto aumento líquido no ativo ou reduções líquidas no ativo são registrados como débitos, e negativos na balança de pagamentos. No fim, caso o fluxo de IED esteja com o sinal negativo, conclui-se que o a soma dos três componentes do investimento foi negativa, o que simboliza uma situação de desinvestimento ou investimento reverso (UNCTAD, 2007).

A base de dados original foi retirada de outro artigo de Büthe e Milner (2014) para países em desenvolvimento e ampliada em variáveis e em números em relação ao artigo de 2008. A base usada permite diferenciar entre PTAs assinados e em vigor, e fornece dados para os países em desenvolvimento de 1970 a 2007, extensão de tempo maior do que o modelo estimado no primeiro artigo (BÜTHE e MILLNER, 2014, p. 99).

5. Resultados

O primeiro modelo é gerado sem nenhum tratamento na tendência dos dados. O intercepto é uma predição caso o valor de resposta das variáveis independentes seja igual a 0 e indica onde a reta corta o eixo y, serve para garantir que os resíduos tenham uma média igual 0 e um melhor ajuste do modelo, prescindindo de um significado no modelo.

Para o modelo 1, observa-se uma relação positiva e estatisticamente significativa para o número de PTAs, o número de BITs e o crescimento do PIB. Interpreta-se que, controlado pelos efeitos das outras variáveis do modelo, espera-se um aumento de 0.19% no PIB em recebimento de IED para cada novo tratado realizado. Este efeito mostrou-se estatisticamente significativo em 0,001, indicando que a probabilidade da hipótese de que haja uma relação entre o aumento de PTAs no aumento de IEDs seria válida em 99 para cada 100 casos do modelo.

Em relação ao número de BITs, a relação entre as variáveis mostrou-se ainda mais forte e menor que 1% a probabilidade de a hipótese não ser verdadeira. Observa-se que haveria um aumento em torno de 0,045% no PIB em recebimento de IED para cada novo BIT, controlado pelos efeitos das outras variáveis.

Em relação ao crescimento do PIB, a relação também se mostrou extremamente estaticamente significativa, indicando que em menos de 1 caso para cada 100, não haveria relação entre o recebimento de IED e o crescimento do PIB de um país, controlado pelos efeitos das outras variáveis. Haveria um aumento de 0,07% no PIB em recebimento de IED para cada 1% de aumento no PIB.

Em relação as outras variáveis do modelo, destaca-se que instabilidade política e desenvolvimento econômico apresentam uma relação negativa com a variável dependente, sinalizando tendências opostas em relação ao recebimento de IED. Apesar de estaticamente significativo, a instabilidade política, ao acréscimo de uma unidade, controlados os demais efeitos, causa uma redução de 0,02% na porcentagem do PIB em recebimento de IED, assim como, *ceteris paribus*, haveria uma redução de 0,33% para recebimento de IED com o aumento do desenvolvimento econômico.

Para o modelo 2, com o *detrend* linear, observa-se uma relação positiva, não mais estatisticamente significativa, para o número de PTAs. Ser participante do GATT ou OMC, passa a ter um efeito estaticamente significativo para 5%, ou seja, a probabilidade da hipótese de que participar do GATT/OMC aumenta o recebimento de IED ocorrer, é de 95 vezes para cada 100 que o modelo é rodado e o mesmo raciocínio pode ser aplicado a variável instabilidade política com um efeito negativo para recebimento de IED. Assim, o aumento marginal de instabilidade política gera uma redução de 0,04% na porcentagem do PIB em recebimento de IED, controlada pelos demais efeitos.

O número de BITs e o de crescimento do PIB também apresentam significância estatística, mas a um nível de 99%. Um aumento marginal de BITs, controlado pelos demais efeitos, causa uma variação positiva na variável dependente em 0,06% e um aumento marginal de crescimento de PIB, *ceteris paribus*, causa uma variação positiva na variável dependente em 0,05%. A hipótese de que o aumento número de BITs gera mais recebimento de IED é provável em 99 para cada 100 testes da hipótese.

Além disso, observa-se que, a despeito da significância, o tamanho do mercado e o desenvolvimento econômico dos países estão correlacionadas negativamente ao recebimento do PIB neste modelo, ou seja, quanto maior o tamanho do mercado e o desenvolvimento econômico, menor tende a ser o recebimento de IED pelos países.

O modelo que apresenta o melhor ajuste aos pressupostos é o 3. Ao rodá-lo apenas 2 variáveis mantém a significância estatística: PTAs e crescimento do PIB. O aumento marginal do número de PTAs em vigor, controlado pelos demais efeitos, gera um aumento de 0,29% na porcentagem do PIB referente a recebimento de IED. Crescimento do PIB que no modelo anterior é positivamente correlacionado a variável dependente a um nível de significância de 95%, passa ser agora a um nível de significância de 99%, sugerindo que um aumento na precisão da probabilidade da correlação.

Tamanho de mercado e desenvolvimento econômico que estavam correlacionados negativamente à variável dependente, correlacionam-se agora positivamente. Participação no GATT/OMC também passam a ter uma relação

negativa com o recebimento de IED, ao contrário do positivo e estatisticamente significativo do modelo anterior.

Testando-se as hipóteses para cada modelo, o modelo 1 sustenta as hipóteses de que um aumento de PTAs e de BITs, aumenta o recebimento de IED, participar do GATT/OMC tem uma relação positiva, mas não significativa estatisticamente. O modelo 2 sustenta as hipóteses de que participar do GATT/OMC e aumentar a quantidade de BITs, aumentaria o recebimento de IED com significância estatística, já para o número de PTAs, a relação é positiva, mas sem significância.

Por fim, o modelo 3 sustenta que apenas o aumento do número de PTAs influencia, com significância estatística, o recebimento de IED pelos países da América Latina. A participação no GATT/OMC relaciona-se negativamente ao recebimento de IED e o número de BITs, apesar de se relacionar positivamente, não apresenta significância estatística.

Em todos os modelos, o crescimento do PIB relaciona-se positiva e estatisticamente com o recebimento de IED, o que não poderia ser diferente, em razão da variável dependente ser mensurada em porcentagem do PIB.

6. Implicações e conclusões

Os modelos aqui apresentados e testados seguiram uma lógica de tratamento dos dados diversas e expostas em dois artigos. O modelo realizado com um *detrend* linear para os países em desenvolvimento por Bütke e Milner (2008) encontrou resultados em que a quantidade cumulativa de PTAs, a participação no GATT/WTO e a quantidade de BITs impactava positivamente e com significância estatística o recebimento de IED, como porcentagem do PIB, por 122 países em desenvolvimento no período de 1970 a 2000.

O modelo realizado com um *detrend* quadrático por King e Roberts (2014) não encontrou nenhuma significância estatística para as hipóteses, encontrando o resultado de que participar do GATT/WTO diminuiria o recebimento de IED ao invés de aumentá-lo. O recorte foi para todos os países em desenvolvimento.

O objetivo deste artigo foi testar se essas conclusões permaneceriam ou mudariam a depender da aplicação do modelo para os países da América

Latina em desenvolvimento, mais próximos em diversos aspectos teóricos e frequentemente não analisados como bloco regional. Se os aspectos teóricos reforçam o mecanismo causal dentro da lógica de países em desenvolvimento, esperava-se na utilização do melhor, resultados que refletissem isso.

Os resultados permitiram a visualização e comparação dos modelos, além da percepção do tratamento dos dados nos resultados do modelo. É importante ressaltar a diferença da análise dos pressupostos para a seleção de um modelo. No caso concreto, o modelo que mais passou no teste dos pressupostos foi o 3, com *detrend* quadrático. Assim, selecionando o modelo mais adequado, conclui-se para os países da América Latina.

Tal qual, King e Roberts (2014), ao estimar-se os três modelos, apenas no último, a participação no GATT/WTO passa a correlacionar-se negativamente com o aumento de IED. No entanto, neste mesmo modelo, encontra-se significância estatística para o número de PTAs em vigor, i.e, o aumento do número de PTAs geraria um no fluxo de recebimento de IED.

Assim, percebe-se que de alguma forma os países em desenvolvimento da América Latina comportam-se de maneira diferente em relação a todos os países em desenvolvimento no espectro temporal de 1970 a 2007, exercendo o crescimento de PTAs um efeito positivo e significativo sobre o aumento de recebimento de IED. Esta conclusão requer mais investigação e posteriores testes, mas sinaliza um aspecto regional capaz de refletir-se nos dados.

7. Referências

ARELLANO, M. **Computing Robust Standard Errors for Within-groups Estimators**. Oxford Bulletin of Economics and Statistics 49(4): 1987, p. 431–34. Disponível em: https://www.cemfi.es/~arellano/OBES_1987.pdf. Acesso em 02.09.2019.

BANKS, ARTHUR S. **Cross-National Time-Series Data Archive**. 1999. Binghamton, NY: Banner Software. <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/K2SSTK>. Acesso em 02.09.2019.

BRUNETTI, AYMO, KISUNKO, GREGORY E WEDER, BEATRICE. **Institutional Obstacles to Doing Business: Region-by Region Results from a Worldwide Survey of the Private Sector**. 1997. World Bank Policy Research Paper 1759. Disponível em: <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/1813-9450-1759>. Acesso em: 20.08.2019.

BÜTHE, TIM E MILNER, HELEN V. **The Politics of Foreign Direct Investment into Developing Countries: Increasing FDI through International Trade Agreements?** American Journal of Political Science, Vol. 52, No. 4, October 2008, p. 741–762. Disponível em: https://people.duke.edu/~buthe/downloads/ButheMilner_AJPS_Oct2008.pdf. Acesso em 02.09.2019.

_____. **Foreign Direct Investment and Institutional Diversity in Trade Agreements: Credibility, Commitment, and Economic Flows in the Developing World, 1971–2007**. World Politics, 66, 2014, pp 88-122. doi:10.1017/ S0043887113000336. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1796506. Acesso em 02.09.2019.

DEE, PHILIPPA, E GALI, JYOTHI. **The Trade and Investment Effects of Preferential Trading Arrangements**. NBER Working Paper no. 10160, 2003. Disponível em: <https://www.nber.org/chapters/c0193.pdf>. Acesso em 02.09.2019.

DUNNING, J.H. **Trade, Location of Economic Activity and the MNE: A Search for an Eclectic Approach**. 1977. Macmillan, London.

_____. **Explaining the international direct investment position of countries: Towards a dynamic or developmental approach**. Review of World Economics (Weltwirtschaftliches Archiv). 1981, vol. 117, issue 1, 30-64. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2F2F02696577> Acesso em 02.09.2019.

EGGER, PETER E PFAFFERMAYR, MICHAEL. **The impact of bilateral investment treaties on foreign direct investment**. Journal of Comparative Economics, 2004, vol. 32, issue 4, 788-804. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0147596704000526> Acesso em 02.09.2019.

EKHOLM, KAROLINA; FORSLID, RIKARD E MARKUSEN, JAMES. **Export-Platform Foreign Direct Investment**. Journal of the European Economic Association, MIT Press, vol. 5(4), 2003, pages 776-795, 06. Disponível em <https://www.nber.org/papers/w9517.pdf> Acesso em 02.09.2019.

ELKINS, ZACHARY; GUZMAN, ANDREW T.; E SIMMONS, BETH A. **Competing for Capital: The Diffusion of Bilateral Investment Treaties, 1960-2000**. 2008. Faculty Scholarship at Penn Law. 1675. Disponível em: https://scholarship.law.upenn.edu/faculty_scholarship/1675 Acesso em 02.09.2019.

FENG, YI. **Political Freedom, Political Instability, and Policy Uncertainty**. International Studies Quarterly 45(2): 2001, p. 271– 94. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3096111?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em 02.09.2019.

FENG, XIAOYUN; LIN, FAQIN; SIM, NICHOLAS C S. **The effect of language on foreign direct investment**, *Oxford Economic Papers*, Volume 71, Issue 1, January 2019, Pages 269–291. Disponível em: <https://academic.oup.com/oep/article-abstract/71/1/269/5056869> Acesso em 02.09.2019.

FERNÁNDEZ, RAQUEL, E PORTES, JONATHAN. **Returns to Regionalism: An Analysis of Nontraditional Gains from Regional Trade Agreements**. World Bank Economic Review 12(2): 1998, p. 197–220. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/208291468152704013/Returns-to-regionalism-analysis-of-nontraditional-gains-from-regional-trade-agreements> Acesso em 02.09.2019.

GLEDITSCH, KRISTIAN SKREDE. **All International Politics is Local: The Diffusion of Conflict, Integration, and Democratization**. 2002. Ann Arbor, The University of Michigan Press. DOI: 10.3998/mpub.17068

HALL, P. A. E SOSKICE, D. W. **Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage**. New York: Oxford University Press, Incorporated. 2001. pp. 1–68.

HALLWARD-DRIEMEIER, MARY. **Do bilateral investment treaties attract foreign direct investment? Only a bit - and they could bite.** Policy, Research working paper series; no. WPS 3121. 2003. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/113541468761706209/Do-bilateral-investment-treaties-attract-foreign-direct-investment-Only-a-bit-and-they-could-bite> Acesso em 02.09.2019.

HELPMAN, ELHANAN. **Trade, FDI, and the Organization of Firms.** Journal of Economic Literature. Vol. 44, No. 3. Sep., 2006, pp. 589-630. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/30032346?seq=1#page_scan_tab_contents Acesso em 02.09.2019.

HELPMAN, E. AND KRUGMAN, P. **Market Structure and Foreign Trade: Increasing Returns, Imperfect Competition, and the International Economy.** 1985. MIT Press, Cambridge.

HENISZ, WITOLD J. **The Institutional Environment for Infrastructure Investment. Industrial and Corporate Change** 11(2): 2002, p. 355–89. Disponível em: <http://www.wiwi.uni-muenster.de/iw/downloads/Im%20Seminar/ws0708/Literatur%202/22a.pdf> Acesso 02.09.2019.

JENSEN, NATHAN M. **Democratic Governance and Multinational Corporations: Political Regimes and Inflows of Foreign Direct Investment.** International Organization 57(3): 2003, p. 587–616. Disponível em https://www.jstor.org/stable/3594838?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso 02.09.2019.

_____. **Nation States and the Multinational Corporation: A Political Economy of Foreign Direct Investment.** 2006. Princeton, NJ: Princeton University Press

JUN, KWANG W., SINGH., HARINDER. **Some New Evidence on Determinants of Foreign Direct Investment in Developing Countries.** Transnational Corporations 5(2), 1996, p. 67–105. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/266321468766524774/pdf/multi0page.pdf>. Acesso em 02.09.2019.

JENSEN, NATHAN M. E MCGILLIVRAY, FIONA. **Federal Institutions and Multinational Investors: Federalism, Government Credibility, and Foreign Direct Investment**. International Interactions 31(4): 2005, p. 303–25. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03050620500303365>. Acesso em 02.09.2019.

KING, GARY E ROBERTS, MARGARET E. **How Robust Standard Errors Expose Methodological Problems They Do Not Fix, and What to Do About It**. Political Analysis 23, 2015, p.159–179. doi:10.1093/pan/mpu015. Disponível em: https://gking.harvard.edu/files/gking/files/robust_0.pdf. Acesso em 20.08.2019.

LA PORTA, RAFAEL. **The economic consequences of legal origins**. Working Paper 13608. November 2007. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w13608> Acesso em 02.09.2019.

MAINWARING, SCOTT E PÉREZ-LIÑÁN, ANIBAL. **¿Por qué son importantes las regiones? Especificidades regionales y difusión de la democracia a escala regional**. Revista SAAP (ISSN 1666-7883) Vol. 3, Nº 3, agosto 2009, p. 523-566. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5238129>. Acesso em 22.08.2019.

MARKUSEN, JAMES R. **The Boundaries of Multinational Enterprises and the Theory of International Trade**. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 9, No. 2. Spring, 1995, pp. 169-189. Stable Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0895-309%28199521%299%3A2%3C169%3ATBOMEA%3E2.0.CO%3B2-%2> Acesso em 02.09.2019.

MELITZ, JACQUES E TOUBAL, FARID. **Native Language, Spoken Language, Translation and Trade**. Journal of International Economics. 2014. DOI: 10.1016/j.jinteco.2014.04.004. Disponível em: https://www.parisschoolofeconomics.eu/docs/koenig-pamina/article_1_native_language_melitz_toubal_2014.pdf. Acesso em 02.09.2019.

NEUMAYER, ERIC E SPESS, LAURA. **Do bilateral investment treaties increase foreign direct investment to developing countries?** London: LSE Research Online. 2005. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000627>. Acesso em 02.09.2019.

O'DONNELL, GUILLERMO A. **Modernization and Bureaucratic Authoritarianism: Studies in South American Politics**. 2nd ed. Berkeley, CA: Institute of International Studies. 1979.

PENFOLD, MICHAEL. **Institutions, Sectorial Dynamics and Foreign Direct Investment in Latin America: A New Emerging Reality**. CAF. N° 2013/03. June, 2013. Disponível em: http://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/247/institutions_sectorial_dynamics_foreign_investment_latam.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 02.09.2019.

ROSE-ACKERMAN, SUSAN E TOBIN, JENNIFER. **Foreign Direct Investment and the Business Environment in Developing Countries: The Impact of Bilateral Investment Treaties**. May 2, 2005. Yale Law & Economics Research Paper No. 293. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=557121>. Acesso em 02.09.2019.

SALACUSE, JESWALD W. e SULLIVAN, NICHOLAS P. **Do BITs Really Work?: An Evaluation of Bilateral Investment Treaties and their Grand Bargain**. 46 Harv. Int'l L.J. 67. 2005. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/hilj46&div=7&id=&page=> Acesso em 02.09.2019.

SCHNEIDER, FRIEDRICH E FREY, BRUNO S. **Economic and Political Determinants of Foreign Direct Investment**. World Development 13(2): 1985. p.161–75. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X85900026>. Acesso em 02.09.2019.

TOBIN, J., E BUSCH, M. **A BIT Is Better Than a Lot: Bilateral Investment Treaties and Preferential Trade Agreements**. World Politics, 62(1), 2010, p. 1-42. doi:10.1017/S0043887109990190. Disponível em:

https://www.jstor.org/stable/40646190?seq=1#page_scan_tab_contents.

Acesso em 02.09.2019.

TUMAN, JOHN P., E F. EMMERT, CRAIG. **The Political Economy of U.S. Foreign Direct Investment in Latin America: A Reappraisal**. Latin American Research Review 39(3): 2004, p. 9– 28. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1555466?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em 02.09.2019.

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). World Investment Report 2019: Special Economic Zones. New York-Geneva: United Nations. 2019. Disponível em: <https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=2460>. Acesso em 20.08.2019.

_____. Global Trends in FDI: Chapter I *in* World Investment Report 2010: Investing in a Low-Carbon Economy. Disponível em: https://unctad.org/en/Docs/wir2010ch1_en.pdf. Acesso em 20.08.2019.

_____. World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development. Definitions and Source. New York-Geneva: United Nations 2007, p.245-249. Disponível em: https://unctad.org/en/Docs/wir2007p4_en.pdf. Acesso em 19.08.2019.

_____. World Investment Report 2003: FDI Policies for Development National and International Perspectives. New York-Geneva: United Nations, 2003. Disponível: <https://unctad.org/en/pages/PublicationArchive.aspx?publicationid=669>. Acesso em 02.09.2019.

_____. World Investment Report 1998: Trends and Determinants. New York-Geneva: United Nations. Disponível em: https://unctad.org/en/Docs/wir1998_en.pdf. Acesso em 02.09.2019.

VANDEVELDE, K. **The Political Economy of a Bilateral Investment Treaty**. **The American Journal of International Law**, 92 (4), 1998, p. 621-641. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/political-economy-of-a-bilateral-investment-treaty/F0BB4ECA8ACD52DBE84A7E531166DE07>. Acesso em 02.09.2019.

WILLIAMS, KEVIN. **Foreign Direct Investment in Latin America And the Caribbean: An Empirical Analysis**. Vol. 52 No. 1. 2015, p. 57–77. doi 10.7764/LAJE.52.1.57. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/ioe/cuadec/v52y2015i1p57-77.html>. Acesso em 02.09.2019.

WOOLDRIDGE, J. **Introductory Econometrics: A Modern Approach** (2º ed). South-Western College Pub. 2002.

WTO (WORLD TRADE ORGANIZATION). 2011. World Trade Report 2011. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/world_trade_report11_e.pdf. Acesso em: 02.09.2019.